

2024 • 6 EDIÇÃO

LIÇÕES DE

**DIREITO**

PRO

CESSUAL

CIVIL

**CURSO COMPLETO**

- Legislação atualizada e com os principais entendimentos jurisprudenciais, súmulas e precedentes do STJ e STF

**CARLOSHENRIQUE SOARES**

2024 • 6 EDIÇÃO

LIÇÕES DE  
**DIREITO**  
**PRO**  
**CESSUAL**  
**CIVIL**

**CURSO COMPLETO**

• Legislação atualizada e com os principais entendimentos jurisprudenciais, súmulas e precedentes do STJ e STF

**CARLOSHENRIQUE SOARES**

*Dedico o presente livro às minhas alunas e alunos, atuais e futuros, esperando que esta obra contribua para sua formação de qualidade.*



---

## Sumário

<b>1. <i>Direito e Processo</i></b> .....	<b>29</b>
1.1. Direito material e direito Processual.....	29
1.2. Teoria geral do processo civil.....	30
1.3. Estado democrático de Direito.....	30
<b>2. <i>Fontes do direito processual</i></b> .....	<b>33</b>
2.1. Lei processual.....	33
2.2. Costumes, doutrina e jurisprudência.....	34
2.3. Enunciado de súmula.....	34
2.4. Precedentes judiciais.....	36
<b>3. <i>Técnicas de resolução de conflitos</i></b> .....	<b>39</b>
3.1. Autotutela.....	39
3.2. Autocomposição (conciliação).....	40
3.3. Heterocomposição (mediação).....	41
3.3.1. Conciliação e mediação na legislação processual brasileira.....	42
3.4. Heterocomposição (Arbitragem).....	46
3.4.1. Arbitragem na legislação processual brasileira.....	48
3.5. Jurisdição.....	56
3.6. Processo.....	59
<b>4. <i>Teorias do processo</i></b> .....	<b>61</b>
4.1. Teoria do processo como contrato.....	61
4.2. Teoria do processo como quase-contrato.....	62
4.3. Teoria do processo como relação jurídica.....	62
4.4. Teoria do processo como situação jurídica.....	65

4.5. Teoria do processo como instituição.....	66
4.6. Teoria do processo como procedimento em contraditório.....	67
4.7. Teoria do processo constitucional.....	69
4.8. Teoria neoinstitucionalista do processo.....	71
<b>5. Normas fundamentais do processo civil.....</b>	<b>73</b>
5.1. Estado democrático de direito e processo .....	73
5.2. Acesso à jurisdição.....	76
5.3. Inércia procedimental e jurisdicional.....	80
5.4. Métodos alternativos de resolução de conflitos .....	81
5.5. Duração razoável do processo .....	82
5.6. Primazia da decisão de mérito.....	86
5.7. Lealdade processual .....	88
5.8. Contraditório .....	92
5.9. Ampla defesa.....	94
5.10. Isonomia.....	96
5.11. Devido processo legal.....	97
5.12. Cooperação processual.....	99
5.13. Fundamentações das decisões jurisdicionais .....	101
5.14. Ponderação nas decisões judiciais .....	103
5.15. Publicidade.....	104
5.16. Influência e vedação de decisão-surpresa .....	104
5.17. Duplo grau de jurisdição .....	106
5.18. Ordem cronológica de julgamento .....	108
5.19. Oralidade.....	109
5.20. Informalismo.....	109
<b>6. Decisão Justa.....</b>	<b>111</b>
6.1. Kelsen e a “decisão justa” – uma questão de validade .....	111
6.2. Dworkin e a “decisão justa” – uma questão de integridade .....	115
6.3. Rawls e a “decisão justa” – uma questão de equidade .....	120
6.4. Habermas e “decisão justa” – uma questão de legitimidade .....	123
6.5. Teoria processual da decisão jurídica – Rosemiro Pereira Leal.....	130
<b>7. Ativismo judicial.....</b>	<b>135</b>
<b>8. Garantismo processual.....</b>	<b>139</b>
<b>9. Norma processual.....</b>	<b>143</b>

9.1. Conceito.....	143
9.2. Lei processual no tempo .....	143
9.3. Lei processual no espaço.....	144
9.4. Interpretação da lei processual .....	144
<b>10. Ação e direito-de-ação.....</b>	<b>147</b>
10.1. Teoria imanentista ou civilista da ação.....	149
10.2. Teoria da ação como direito autônomo.....	149
10.3. Teoria da ação como direito concreto .....	149
10.4. Teoria da ação como direito abstrato .....	150
10.5. Teoria da ação como direito potestativo.....	150
10.6. Teoria do direito de ação de Fazzalari.....	151
10.7. Teoria eclética da ação de Liebman.....	151
10.8. Teoria da ação como procedimento.....	152
10.9. Direito constitucional ao direito-de-ação .....	153
10.10. Elementos configurativos do procedimento (ação).....	154
10.11. Elementos estruturais do procedimento (ação).....	155
10.11.1. Matéria de processo (pressupostos processuais) .....	155
10.11.2. Matéria de ação (condições da ação).....	158
10.12. Matéria de mérito.....	160
10.13. Convalidação e não convalidação das matérias de processo e de ação.....	161
<b>11. Jurisdição.....</b>	<b>163</b>
11.1. Juiz.....	163
11.2. Normas constitucionais jurisdicionais .....	164
11.3. Requisitos para o exercício da atividade jurisdicional .....	166
11.4. Garantias constitucionais para o exercício da jurisdição .....	169
11.5. Atividades incompatíveis com a função jurisdicional .....	169
11.6. Deveres do juiz.....	170
11.7. Funções jurisdicionais.....	172
11.8. Pronunciamentos jurisdicionais.....	175
11.9. Responsabilidade em razão da atividade jurisdicional.....	178
11.10. Atividade jurisdicional e crime de abuso de autoridade.....	178
11.11. Impedimento e suspeição do juiz.....	185
<b>12. Competência.....</b>	<b>193</b>
12.1. Conceito .....	193
12.2. Limites da jurisdição brasileira.....	193
12.3. Cooperação nacional e internacional.....	195

12.4. Competência interna .....	199
12.4.1. Competência em razão da matéria.....	199
12.4.2. Competência em razão do foro .....	202
12.4.3. Competência em razão da pessoa.....	209
12.4.4. Competência em razão do valor da causa.....	210
12.5. Modificação da competência.....	210
12.6. Incompetência do juízo .....	212
12.7. Conflito de competência.....	214

### **13. Sujeitos processuais..... 217**

13.1. Conceito .....	217
13.2. Juiz.....	217
13.3. Partes.....	219
13.3.1. Conceito de partes.....	219
13.3.2. Capacidade para ser parte.....	221
13.3.3. Representação e assistência da parte .....	221
13.3.4. Legitimidade e interesse.....	225
13.3.5. Direitos e deveres das partes .....	226
13.3.6. Responsabilidade processual e litigância de má-fé.....	229
13.3.7. Sucessão das partes.....	232
13.3.8. Gratuidade de Justiça.....	233
13.3.9. Litisconsórcio.....	240
13.4. Advogados .....	245
13.4.1. Breves considerações.....	245
13.4.2. Procuração .....	253
13.4.3. Capacidade postulatória.....	255
13.4.4. Direitos dos advogados.....	256
13.4.5. Sucessão dos procuradores.....	257
13.4.6. Honorários advocatícios.....	260
13.4.7. Defensoria Pública.....	266
13.5. Ministério Público.....	270
13.6. Terceiros e hipóteses de intervenção.....	279
13.6.1. Assistência.....	280
13.6.2. Denúnciação da lide.....	284
13.6.3. Chamamento ao processo.....	288
13.7. Desconsideração da personalidade jurídica.....	290
13.7.1. Amicus Curiae.....	297
13.8. Auxiliares do juízo.....	299
13.8.1. Escrivão ou chefe de secretária.....	300
13.8.2. Oficial de justiça.....	300



13.8.3. Perito.....	301
13.8.4. Depositário e administrador.....	302
13.8.5. Intérprete ou tradutor.....	303
13.8.6. Conciliadores e mediadores.....	303
<b>14. Atos Processuais.....</b>	<b>309</b>
14.1. Informalismo dos atos processuais.....	310
14.2. Publicidade dos atos processuais.....	311
14.3. Uso obrigatório do vernáculo.....	312
14.4. Convenções processuais.....	313
14.5. Meios de expressão dos atos processuais.....	317
14.6. Prática eletrônica dos atos processuais.....	317
14.7. Atos das partes.....	322
14.8. Atos do juiz ou pronunciamentos jurisdicionais.....	323
14.9. Atos dos auxiliares do juízo.....	324
14.10. Tempo e lugar dos atos processuais.....	325
14.11. Prazos.....	327
14.12. Contagem do prazo.....	335
14.13. Comunicação dos atos processuais.....	337
14.14. Nulidades processuais.....	340
<b>15. Processo de conhecimento.....</b>	<b>343</b>
15.1. Procedimento comum e procedimentos especiais.....	343
15.2. Escolha do procedimento.....	348
15.3. Formação, suspensão e resolução do procedimento.....	349
15.3.1. Formação do procedimento.....	349
15.3.2. Suspensão do procedimento.....	352
15.3.3. Resolução do procedimento.....	360
15.3.3.1. Extinção do procedimento com a resolução do mérito.....	360
15.3.3.2. Extinção do procedimento sem a resolução do mérito.....	363
15.3.4. Primazia da decisão de mérito.....	371
<b>16. Fase postulatória.....</b>	<b>373</b>
16.1. Petição inicial.....	373
16.1.1. Requisitos gerais da Petição inicial.....	374
16.1.2. Juízo 100% digital.....	382
16.2. Juízo de admissibilidade e Juízo de mérito.....	383
16.2.1. Deferimento da petição inicial.....	384

16.2.2. Emenda da petição inicial.....	385
16.2.3. Indeferimento da petição inicial.....	385
16.2.4. Julgamento liminar de improcedência.....	386
16.2.5. Organograma do juízo de admissibilidade e juízo de mérito da petição inicial .....	388
16.3. Tutelas provisórias.....	390
16.3.1. Conceito.....	390
16.3.2. Espécies de tutelas provisórias.....	390
16.3.3. Requisitos para a concessão das tutelas provisórias.....	391
16.3.4. Tutela provisória liminar.....	392
16.3.5. Momentos para requerer a tutela provisória de urgência.....	393
16.3.6. Poder geral de cautela.....	395
16.3.7. Características das tutelas provisórias .....	396
16.3.8. Cumprimento das tutelas provisórias.....	397
16.3.9. Fundamentação das decisões em tutelas provisórias .....	398
16.3.10. Legitimidade para as tutelas provisórias .....	399
16.3.11. Competência .....	400
16.3.12. Tutela provisória de urgência.....	400
16.3.12.1. Procedimento da tutela antecipada ou cautelar incidental.....	403
16.3.12.2. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	404
16.3.12.3. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	407
16.3.13. Tutela provisória da evidência .....	410
16.3.13.1. Breves considerações .....	410
16.3.13.2. Tutela da evidência – conceito.....	411
16.3.13.3. Características da tutela da evidência.....	412
16.3.13.4. Hipóteses legais para deferimento da tutela da evidência .....	413

## **17. Fase do saneamento e da organização do processo..... 417**

17.1. Conceito.....	417
17.2. Decisão de saneamento e organização do processo.....	418
17.3. Pedido de esclarecimentos pelas partes.....	421
17.4. Saneamento e organização em cooperação processual .....	422
17.5. Audiência de saneamento e organização.....	422
17.6. Rol de testemunhas.....	423
17.7. Calendarização dos atos processuais .....	424
17.8. Pautas das audiências .....	424

<b>18. Fase probatória</b> .....	<b>425</b>
18.1. Conceito de prova.....	425
18.2. Valoração e valorização da prova .....	426
18.3. Evolução dos sistemas de provas.....	426
18.4. Verdade formal e verdade real .....	427
18.5. Verdade, prova e processo constitucional .....	428
18.6. Meios de prova e objeto de prova .....	429
18.7. Regras processuais sobre a prova .....	430
18.8. Fases lógicas do procedimento da prova.....	433
18.9. Prova emprestada .....	434
18.10. Ônus de prova .....	435
18.11. Fatos que independem de prova.....	436
18.12. Interpretação dos elementos de prova .....	436
18.13. Destinatário da prova.....	437
18.14. Prova da existência de legislação .....	438
18.15. Produção de prova por carta precatória, rogatória ou auxílio direito.....	438
18.16. Dever de colaboração .....	439
18.17. Momento de produção de prova.....	439
18.18. Produção antecipada de prova.....	439
18.19. Ata Notarial.....	445
18.20. Provas digitais .....	445
18.21. Provas em espécie .....	450
18.21.1. Depoimento pessoal .....	450
18.21.1.1. Representação da realização do depoimento pessoal.....	452
18.21.2. Confissão .....	453
18.21.3. Exibição de documento ou coisa.....	455
18.21.4. Prova documental .....	458
18.21.4.1. Conceito .....	458
18.21.4.2. Documentos públicos ou particulares.....	458
18.21.4.3. Provas digitais – fotos, vídeos e áudios .....	463
18.21.4.4. E-mail e prova documental .....	464
18.21.4.5. Prova documental emprestada .....	466
18.21.4.6. Documento original ou cópia.....	466
18.21.4.7. Falsidade documental .....	469
18.21.4.8. Produção da prova documental .....	472
18.21.5. Prova testemunhal .....	476
18.21.5.1. Conceito.....	476
18.21.5.2. Admissibilidade e valor da prova testemunhal .....	477
18.21.5.3. Produção da prova testemunhal .....	481
18.21.6. Prova pericial.....	490

18.21.6.1. Conceito .....	490
18.21.6.2. Cabimento da prova pericial.....	490
18.21.6.3. Prova técnica simplificada .....	491
18.21.6.4. Produção da prova pericial .....	492
18.21.6.5. Segunda perícia .....	498
18.21.7. Inspeção judicial .....	499
18.21.7.1. Conceito .....	499
18.21.7.2. Cabimento .....	499
18.21.7.3. Produção da inspeção judicial .....	499

## **19. Audiências.....501**

19.1. Conceito .....	501
19.2. Espécies de audiências .....	501
19.3. Publicidade das audiências .....	501
19.4. Unicidade e continuidade da audiência.....	502
19.5. Poder de polícia nas audiências .....	502
19.6. Audiência de conciliação e mediação .....	502
19.7. Audiência de justificação.....	503
19.8. Audiência de saneamento e organização do processo.....	503
19.9. Audiência de instrução e julgamento.....	504
19.10. Termo de audiência .....	507
19.11. Gravação da audiência pelas partes .....	507
19.12. Adiamento ou antecipação da audiência .....	508
19.13. Audiências telepresenciais .....	510

## **20. Fase decisória.....517**

20.1. Conceito de sentença.....	517
20.2. Sentença como ato vinculado ao processo.....	517
20.3. Diferença entre sentença e decisão parcial de mérito.....	518
20.4. Ordem cronológica de conclusão.....	518
20.5. Classificação das sentenças.....	519
20.6. Elementos essenciais da sentença.....	521
20.7. Sentença terminativa .....	521
20.8. Sentença definitiva .....	524
20.9. Primazia da sentença de mérito .....	525
20.10. Fundamentação das decisões judiciais .....	526
20.11. Ponderação nas decisões judiciais .....	530
20.12. Sentença líquida e ilíquida.....	531
20.13. Sentença e pedido.....	531

20.14. Sentença e publicidade.....	532
20.15. Sentença e hipoteca judiciária .....	533
20.16. Sentença e duplo grau de jurisdição obrigatório .....	534
20.17. Sentença cominatórias.....	534
20.18. Sentença com emissão de declaração de vontade.....	536
<b>21. Preclusão e coisa julgada.....</b>	<b>537</b>
21.1. Preclusão.....	537
21.2. Coisa julgada.....	538
21.3. Limites objetivos da coisa julgada.....	556
21.4. Limites subjetivos da coisa julgada.....	556
21.5. Efeito preclusivo da decisão .....	556
21.6. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	557
21.7. Não fazem coisa julgada.....	557
<b>22. Processo de conhecimento: procedimentos especiais.....</b>	<b>559</b>
22.1. Considerações gerais.....	559
22.2. Ação e procedimento: distinções .....	560
22.3. Procedimentos especiais contenciosos e voluntários .....	561
22.4. Procedimento comum e procedimentos especiais .....	561
22.5. Princípio da subsidiariedade .....	562
22.6. Procedimentos especiais contenciosos .....	562
22.6.1. Procedimento de consignação em pagamento .....	563
22.6.1.1. Conceito .....	563
22.6.1.2. Cabimento .....	563
22.6.1.3. Legitimidade .....	564
22.6.1.4. Competência.....	564
22.6.1.5. Procedimento extrajudicial de consignação em pagamento.....	565
22.6.1.6. Procedimento judicial de consignação em pagamento.....	566
22.6.1.7. Cumulação de pedidos na consignação em pagamento .....	569
22.6.1.8. Particularidades do procedimento judicial .....	570
22.6.2. Procedimento de exigir contas.....	571
22.6.2.1. Conceito.....	571
22.6.2.2. Legitimidade .....	572
22.6.2.3. Competência.....	572
22.6.2.4. Procedimento de exigir contas .....	572
22.6.3. Procedimento possessório .....	575
22.6.3.1. Conceito de posse e sua classificação.....	575

22.6.3.2. Aquisição da posse .....	578
22.6.3.3. Efeitos da posse .....	578
22.6.3.4. Perda da posse .....	580
22.6.3.5. Turbação e esbulho .....	580
22.6.3.6. Fungibilidade da proteção possessória .....	581
22.6.3.7. Características do procedimento possessório .....	582
22.6.3.8. Legitimidade .....	583
22.6.3.9. Competência .....	584
22.6.3.10. Procedimento possessório (manutenção e reintegração de posse) .....	584
22.6.3.11. Interdito proibitório .....	587
22.6.4. Procedimento de demarcação e divisão de terras particulares .....	588
22.6.4.1. Conceito .....	588
22.6.4.2. Fases do procedimento demarcatório e divisório.....	590
22.6.4.3. Legitimidade.....	590
22.6.4.4. Competência .....	590
22.6.4.5. Cumulação de pedido demarcatório com pedido divisório .....	591
22.6.4.6. Demarcação e divisão de terras extrajudicial .....	591
22.6.4.7. Procedimento judicial de demarcação de terras.....	592
22.6.4.8. Procedimento judicial de divisão de terras.....	595
22.6.5. Procedimento de dissolução parcial de sociedade.....	598
22.6.5.1. Considerações iniciais sobre as sociedades empresárias.....	598
22.6.5.2. Dissolução da sociedade .....	599
22.6.5.3. Dissolução parcial de sociedade empresária.....	600
22.6.5.4. Legitimidade ativa e passiva para a ação de dissolução parcial.....	600
22.6.5.5. Competência .....	601
22.6.5.6. Procedimento .....	601
22.6.6. Inventário e partilha.....	603
22.6.6.1. Conceito.....	603
22.6.6.2. Inventário e partilha.....	604
22.6.6.3. Modalidades de inventário.....	604
22.6.6.4. Inventário extrajudicial.....	604
22.6.6.5. Prazo para abertura do inventário .....	606
22.6.6.6. Inventário Judicial (contencioso ou voluntário).....	607
22.6.6.7. Competência.....	608
22.6.6.8. Legitimidade para requerer o inventário.....	608
22.6.6.9. Inventariante.....	609

22.6.6.10. Primeiras declarações.....	610
22.6.6.11. Citações.....	611
22.6.6.12. Impugnações.....	611
22.6.6.13. Avaliação e cálculo do imposto.....	612
22.6.6.14. Últimas declarações .....	613
22.6.6.15. Colações.....	613
22.6.6.16. Renúncia ou exclusão da herança.....	614
22.6.6.17. Pagamento das dívidas.....	614
22.6.6.18. Partilha .....	615
22.6.6.19. Arrolamento.....	617
22.6.6.20. Disposições comuns.....	618
22.6.7. Procedimento de embargos de terceiro .....	619
22.6.7.1. Conceito.....	619
22.6.7.2. Terceiro .....	620
22.6.7.3. Legitimidade.....	620
22.6.7.4. Competência.....	624
22.6.7.5. Momento para o ajuizamento dos embargos de terceiros .....	624
22.6.7.6. Procedimento dos embargos de terceiros .....	625
22.6.7.7. Procedimento da oposição.....	628
22.6.8. Procedimento da habilitação.....	632
22.6.9. Procedimento para resolução de questões de direito das famílias.....	633
22.6.9.1. Considerações iniciais.....	633
22.6.9.2. Conciliação e mediação.....	634
22.6.9.3. Competência .....	635
22.6.9.4. Legitimidade.....	636
22.6.9.5. Formas de resolução de conflitos .....	636
22.6.9.6. Procedimento extrajudicial .....	637
22.6.9.7. Procedimento judicial consensual .....	638
22.6.9.8. Procedimento judicial litigioso .....	638
22.6.10. Procedimento monitorio.....	641
22.6.10.1. Conceito.....	641
22.6.10.2. Requisitos para instauração do procedimento monitorio .....	641
22.6.10.3. Cheque e nota promissória prescritos .....	642
22.6.10.4. Legitimidade .....	642
22.6.10.5. Competência .....	642
22.6.10.6. Procedimento.....	643
22.6.10.7. Procedimento monitorio contra a fazenda pública .....	646

22.6.11. Procedimento para homologação do penhor legal.....	646
22.6.11.1. Conceito.....	646
22.6.11.2. Legitimidade .....	647
22.6.11.3. Competência .....	647
22.6.11.4. Procedimento judicial.....	647
22.6.12. Procedimento para regulação da avaria grossa.....	648
22.6.12.1. Conceito de avaria grossa.....	648
22.6.12.2. Competência .....	650
22.6.12.3. Legitimidade.....	650
22.6.12.4. Procedimento.....	650
22.6.13. Procedimento para restauração de autos.....	651
22.6.13.1. Conceito.....	651
22.6.13.2. Legitimidade .....	651
22.6.13.3. Competência .....	652
22.6.13.4. Procedimento .....	652
22.7. Procedimentos especiais voluntários .....	652
22.7.1. Procedimento de notificação, interpelação e protesto judicial.....	654
22.7.2. Procedimento de alienação judicial.....	655
22.7.3. Procedimento de divórcio, separação consensual, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens e matrimônio.....	656
22.7.4. Procedimento de abertura de testamentos e codicilos.....	660
22.7.5. Procedimento da herança jacente.....	661
22.7.6. Procedimento para arrecadação de bens dos ausentes.....	663
22.7.7. Procedimento de arrecadação de coisas vagas.....	666
22.7.8. Procedimento de interdição.....	667
22.7.8.1. Procedimento de tomada decisão apoiada.....	671
22.7.8.2. Disposições comuns à tutela e à curatela.....	673
22.7.9. Procedimento de organização e fiscalização de fundações.....	673
22.7.10. Procedimento de ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	674

## **23. Recursos cíveis..... 677**

23.1. Meios de impugnação das decisões judiciais: recursos e ações autônomas.....	677
23.2. Fundamentos para o direito de recorrer.....	678
23.3. Conceito de recurso.....	678
23.4. Sucedâneos recursais.....	679
23.5. Pronunciamentos jurisdicionais recorríveis.....	680
23.6. Normas diretivas para interposição dos recursos .....	681



23.6.1. Duplo grau de jurisdição.....	681
23.6.1.1. Duplo grau de jurisdição obrigatório ou reexame necessário.....	683
23.6.2. Taxatividade.....	685
23.6.3. Unirrecorribilidade das decisões.....	686
23.6.4. Fungibilidade recursal.....	686
23.6.5. Dialeticidade.....	687
23.6.6. Voluntariedade.....	687
23.6.7. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	688
23.6.8. Vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	688
23.6.9. Consumação.....	689
23.7. Classificação dos recursos.....	690
23.8. Efeitos dos recursos.....	691
23.9. Pressupostos de admissibilidade recursal.....	693
23.9.1. Cabimento.....	693
23.9.2. Legitimidade para recorrer.....	693
23.9.3. Interesse recursal.....	695
23.9.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	695
23.9.5. Singularidade.....	696
23.9.6. Tempestividade.....	696
23.9.7. Preparo.....	698
23.9.8. Regularidade formal.....	699
23.9.9. Motivação dos recursos.....	699
23.10. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	701
23.11. Juízo de interposição e juízo de julgamento.....	702
23.12. Recurso autônomo e recurso adesivo.....	704
23.13. Recursos em espécie.....	704
23.13.1. Apelação.....	704
23.13.1.1. Conceito.....	704
23.13.1.2. Cabimento.....	705
23.13.1.3. Tempestividade.....	706
23.13.1.4. Preparo.....	706
23.13.1.5. Juízo de interposição e juízo de julgamento.....	708
23.13.1.6. Requisitos da petição de interposição da apelação.....	708
23.13.1.7. Resposta ao recurso de apelação (contrarrazões, apelação secundária e apelação adesiva).....	710
23.13.1.8. Efeitos do recurso de apelação.....	712
23.13.1.9. Prova, “causa madura” e efeito translativo.....	714
23.13.1.10. Juízo de retratação no recurso de apelação.....	717

23.13.1.11. Procedimento e julgamento da apelação .....	717
23.13.1.12. Técnica do julgamento estendido no recurso de apelação .....	721
23.13.2. Agravo de instrumento.....	722
23.13.2.1. Conceito e cabimento.....	722
23.13.2.2. Decisões em tutela provisória.....	722
23.13.2.3. Decisões que versam sobre o mérito do processo.....	723
23.13.2.4. Decisões que versam sobre a rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	723
23.13.2.5. Decisões que versam sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	724
23.13.2.6. Decisões que versam sobre a rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.....	725
23.13.2.7. Decisões que versam sobre exibição ou posse de documento ou coisa.....	726
23.13.2.8. Decisões que versam sobre exclusão do litisconsorte.....	726
23.13.2.9. Decisões que versam sobre a rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.....	727
23.13.2.10. Decisões que versam sobre admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros .....	727
23.13.2.11. Decisões que versam sobre a concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.....	728
23.13.2.12. Decisões que versam sobre a redistribuição do ônus da prova .....	729
23.13.2.13. Decisões proferidas em liquidação de sentença .....	730
23.13.2.14. Decisões proferidas em cumprimento de sentença e processo de execução.....	731
23.13.2.15. Decisões proferidas em processo de inventário.....	731
23.13.2.16. Rol taxativo ou enumerativo do art. 1.015 do CPC (tese da taxatividade mitigada).....	732
23.13.2.17. Prazo.....	735
23.13.2.18. Juízo de interposição.....	735
23.13.2.19. Petição de interposição .....	736
23.13.2.20. Formação do instrumento .....	737
23.13.2.21. Comunicação ao juízo de primeiro grau .....	737
23.13.2.22. Efeitos do recurso .....	738
23.13.2.23. Tutela provisória recursal.....	738
23.13.2.24. Procedimento do agravo de instrumento .....	738
23.13.2.25. Técnica do julgamento ampliado no recurso de agravo de instrumento .....	742

23.13.3. Agravo interno.....	743
23.13.3.1. Conceito.....	743
23.13.3.2. Cabimento .....	743
23.13.3.3. Procedimento .....	744
23.13.3.4. Efeitos do agravo interno .....	745
23.13.3.5. Sustentação oral .....	745
23.13.3.6. Fungibilidade recursal.....	746
23.13.4. Embargos de declaração.....	746
23.13.4.1. Origem dos embargos de declaração .....	746
23.13.4.2. Conceito e cabimento .....	747
23.13.4.3. Prazo e preparo .....	748
23.13.4.4. Razões e contrarrazões recursais .....	748
23.13.4.5. Procedimento dos embargos de declaração em primeiro grau de jurisdição.....	749
23.13.4.6. Procedimento dos embargos de declaração em segundo grau de jurisdição.....	749
23.13.4.7. Embargos de declaração e questionamento .....	751
23.13.4.8. Efeito devolutivo, interruptivo, suspensivo e integrativo .....	751
23.13.4.9. Embargos de declaração em concorrência com um outro recurso .....	752
23.13.4.10. Embargos de declaração protelatórios .....	752
23.13.4.11. Embargos de declaração contra a decisão em embargos de declaração .....	753
23.13.5. Recurso Ordinário.....	753
23.13.5.1. Conceito.....	753
23.13.5.2. Cabimento .....	754
23.13.5.3. Decisões denegatórias .....	755
23.13.5.4. Requisitos de admissibilidade .....	756
23.13.5.5. Preparo.....	756
23.13.5.6. Procedimento do recurso ordinário para o STF.....	756
23.13.5.7. Procedimento do recurso ordinário para o STJ.....	757
23.13.6. Recurso Especial.....	758
23.13.6.1. Conceito.....	758
23.13.6.2. Função do recurso especial.....	759
23.13.6.3. Cabimento .....	759
23.13.6.4. Tempestividade.....	761
23.13.6.5. Preparo .....	761
23.13.6.6. Relevância da questão federal no recurso especial .....	762
23.13.6.7. Efeitos do recurso especial .....	764

23.13.6.8. Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário.....	764
23.13.6.9. Recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial.....	765
23.13.6.10. Recurso especial e recurso extraordinário adesivo .....	765
23.13.6.11. Procedimento do recurso especial .....	766
23.13.7. Recurso Extraordinário .....	770
23.13.7.1. Conceito.....	770
23.13.7.2. Função do recurso extraordinário .....	771
23.13.7.3. Cabimento .....	771
23.13.7.4. Tempestividade .....	772
23.13.7.5. Preparo .....	772
23.13.7.6. Pressupostos para interposição do recurso extraordinário.....	772
23.13.7.7. Repercussão Geral .....	773
23.13.7.8. Efeitos do recurso extraordinário.....	776
23.13.7.9. Prequestionamento para interposição do recurso extraordinário .....	776
23.13.7.10. Reclamação constitucional e recurso extraordinário .....	777
23.13.7.11. Procedimento do recurso extraordinário .....	777
23.13.7.12. Recursos especiais e extraordinários repetitivos .....	781
23.13.8. Agravo em Recurso Especial e Recurso Extraordinário.....	784
23.13.8.1. Conceito e cabimento.....	785
23.13.8.2. Procedimento .....	785
23.13.9. Embargos de divergência.....	785
23.13.9.1. Cabimento.....	785
23.13.9.2. Efeitos dos embargos de divergência.....	786
23.13.9.3. Preparo.....	786
23.13.9.4. Procedimento .....	786
23.13.10. Ordem do julgamento dos recursos e procedimentos nos tribunais.....	787

## **24. Procedimentos especiais nos tribunais..... 795**

24.1. Incidente de assunção de competência.....	796
24.1.1. Conceito.....	796
24.1.2. Pressupostos para a admissibilidade do I.A.C.....	797
24.1.3. Procedimento.....	797
24.2. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	802
24.2.1. Conceito.....	802
24.2.2. Legitimidade .....	803

24.2.3. Juízo de admissibilidade do incidente .....	803
24.2.4. Procedimento .....	803
24.3. Conflito de competência.....	805
24.3.1. Conceito.....	805
24.3.2. Conflito de competência.....	806
24.3.3. Legitimidade .....	806
24.3.4. Competência para decidir sobre o conflito de competência .....	807
24.3.5. Procedimento .....	808
24.4. Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	808
24.4.1. Conceito .....	808
24.4.2. Competência.....	809
24.4.3. Legitimidade.....	809
24.4.4. Procedimento.....	809
24.4.5. Cumprimento da sentença estrangeira.....	811
24.5. Ação rescisória.....	812
24.5.1. Conceito.....	812
24.5.2. Hipóteses de cabimento .....	812
24.5.3. Rol taxativo .....	816
24.5.4. Rescindibilidade de sentença terminativas.....	816
24.5.5. Rescindibilidade de capítulos da sentença de mérito.....	817
24.5.6. Impossibilidade de rescisão da sentença em procedimentos voluntários.....	817
24.5.7. Descabimento da ação rescisória em obrigações de trato contínuo.....	817
24.5.8. Legitimidade.....	817
24.5.9. Intervenção do ministério público.....	818
24.5.10. Prazo.....	818
24.5.11. Competência.....	818
24.5.12. Procedimento.....	819
24.5.13. Recursos na ação rescisória.....	821
24.6. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	821
24.6.1. Conceito .....	821
24.6.2. Cabimento .....	824
24.6.3. Legitimidade.....	825
24.6.4. Competência para instaurar e julgar o IRDR.....	825
24.6.5. Requerimento para instauração do IRDR.....	825
24.6.6. Admissibilidade do IRDR.....	826
24.6.7. Ampla publicidade e divulgação.....	826
24.6.8. Prazo para julgamento.....	827

24.6.9. Funções do relator no IRDR.....	827
24.6.10. Direito de distinção.....	828
24.6.11. Manifestação das partes e demais interessados.....	828
24.6.12. Julgamento do IRDR.....	829
24.6.13. Revisão da tese jurídica.....	832
24.6.14. Recursos no IRDR.....	832
24.6.15. Descumprimento da decisão no IRDR e Reclamação.....	832
24.7. Reclamação constitucional.....	832
24.7.1. Conceito.....	832
24.7.2. Cabimento.....	833
24.7.3. Competência.....	835
24.7.4. Prazo.....	835
24.7.5. Legitimidade.....	835
24.7.6. Instauração da reclamação.....	836
24.7.7. Preparo.....	836
24.7.8. Distribuição.....	836
24.7.9. Funções do relator.....	836
24.7.10. Participação do ministério público.....	836
24.7.11. Participação de interessados.....	836
24.7.12. Julgamento.....	836
24.7.13. Honorários advocatícios.....	837
24.7.14. Reclamação contra decisão do juizado especial cível.....	837

## **25. Cumprimento de sentença e processo de execução ..... 839**

25.1. Teoria geral da executividade.....	839
25.2. Evolução histórica do cumprimento da obrigação.....	841
25.3. Sincretismo entre cognição e cumprimento da obrigação no código de processo civil.....	843
25.4. Considerações sobre o cumprimento de sentença.....	845
25.5. Cumprimento de sentença e processo de execução.....	846
25.6. Regras processuais executivas (princípios executivos).....	847
25.6.1. Regras processuais constitucionais executivas.....	847
25.6.1.1. Contraditório.....	847
25.6.1.2. Ampla defesa.....	849
25.6.1.3. Isonomia.....	849
25.6.1.4. Devido processo legal.....	849
25.6.1.5. Reserva legal.....	851
25.6.1.6. Publicidade.....	851
25.6.1.7. Fundamentação das decisões.....	851
25.6.1.8. Duração razoável do processo.....	852

25.6.1.9. Celeridade processual.....	852
25.6.1.10. Dignidade da pessoa humana.....	852
25.6.2. Regras processuais infraconstitucionais executivas .....	854
25.6.2.1. Patrimonialidade .....	854
25.6.2.2. Subsidiariedade .....	855
25.6.2.3. tipicidade e atipicidade dos atos e meios executivos .....	856
25.6.2.4. Lealdade processual e boa-fé processual.....	857
25.6.2.5. Disponibilidade do cumprimento de sentença e do processo de execução.....	858
25.6.2.6. Reparação integral do dano.....	858
25.6.2.7. Utilidade da execução.....	859
25.6.2.8. Menor onerosidade para o devedor .....	859
25.6.2.9. Nulla executio sine titulo .....	860
25.6.2.10. Conciliação e mediação.....	860
25.6.2.11. Cooperação processual.....	860
25.6.2.12. Execução e interesse do credor .....	860
25.7. Formas de cumprimento da obrigação.....	861
25.8. Meios executivos diretos ou indiretos .....	862
25.9. Objetivo do cumprimento de sentença/decisão e processo de execução.....	862
25.10. Pressupostos para exigir o cumprimento da obrigação.....	863
25.11. Título executivo.....	865
25.12. Funções do título executivo.....	865
25.13. Títulos executivos judiciais.....	866
25.14. Títulos executivos extrajudiciais.....	870
25.14.1. Título executivo extrajudicial eletrônico.....	872
25.15. Certeza, liquidez e exigibilidade.....	873
25.16. Inadimplemento.....	874
25.17. Atos executivos .....	874
25.18. Relação executiva .....	875
25.19. Cumulação de pedidos executivos .....	876
25.20. Competência para instaurar cumprimento de sentença e processo de execução.....	877
25.21. Legitimidade para instaurar processo de execução e cumprimento de sentença.....	879
25.22. Responsabilidade patrimonial .....	881
25.22.1. Responsabilidade patrimonial e direito de superfície .....	886
25.22.2. Responsabilidade patrimonial e direito de retenção .....	887
25.22.3. Responsabilidade patrimonial e espólio do falecido .....	887
25.23. Fraude à execução.....	887

25.23.1. Fraude contra credores.....	892
25.24. Liquidação de sentença.....	894
25.25. Cumprimento definitivo e provisório da sentença .....	899
25.26. Cumprimento de sentença definitivo.....	900
25.26.1. Cumprimento definitivo da sentença de obrigação de pagar quantia certa.....	900
25.26.1.1. Conceito .....	900
25.26.1.2. Fases do cumprimento de sentença de obrigação de pagar .....	900
25.26.1.3. Fase postulatória - requerimento .....	901
25.26.1.4. Fase de apreensão de bens - penhora .....	905
25.26.1.5. Fase de avaliação de bens .....	906
25.26.1.6. Fase de expropriação de bens .....	907
25.26.1.7. Remição .....	908
25.26.1.8. Fase de alienação de bens .....	908
25.26.1.9. Fase do pagamento .....	914
25.26.2. Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor (consignação em pagamento).....	914
25.26.3. Impugnação (defesa do devedor) .....	916
25.26.3.1. Conceito .....	916
25.26.3.2. Prazo para apresentação da impugnação .....	916
25.26.3.3. Matérias que podem ser apresentadas em impugnação.....	917
25.26.3.4. Arguição de impedimento ou suspeição no cumprimento de sentença .....	919
25.26.3.5. Litisconsortes, procuradores diversos e prazo em dobro para impugnação .....	920
25.26.3.6. Efeito suspensivo na impugnação .....	920
25.26.3.7. Questões supervenientes à impugnação .....	921
25.26.3.8. Recursos contra a decisão que resolve a impugnação ao cumprimento de sentença .....	921
25.26.4. Protesto do título executivo judicial.....	921
25.26.5. Exceção processual ou defesa informal do executado.....	922
25.26.6. Tutela provisória e cumprimento de sentença .....	923
25.27. Cumprimento de sentença de obrigação de prestar alimentos.....	924
25.27.1. Conceito.....	924
25.27.2. Alimentos urgentes e não urgentes .....	924
25.27.3. Cumprimento de sentença de obrigação de pagar alimentos .....	925
25.27.4. Cumprimento de sentença de pagar alimentos urgentes (prisão civil).....	925
25.27.4.1. Requerimento para instaurar cumprimento de sentença de alimentos urgentes .....	926



25.27.4.2. Justificativa .....	926
25.27.4.3. Débito alimentar que autoriza a prisão civil .....	927
25.27.4.4. Recuso contra decisão que decreta a prisão civil .....	928
25.27.4.5. Prisão civil e reiteração .....	928
25.27.5. Cumprimento de sentença de pagar alimentos não-urgentes (penhora).....	929
25.27.6. Cumprimento de sentença de alimentos com desconto em folha de pagamento .....	929
25.27.7. Abandono material e apuração .....	930
25.27.8. Cumprimento da sentença de alimentos por indenização decorrente de ilícito.....	930
25.28. Cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa contra a fazenda pública.....	931
25.28.1. Conceito.....	931
25.28.2. Impenhorabilidade dos bens públicos .....	932
25.28.3. Procedimento .....	932
25.28.4. Impugnação .....	933
25.28.5. Precatório.....	934
25.29. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer ou de não fazer .....	938
25.29.1. Conceito.....	938
25.29.2. Tutela específica .....	939
25.29.3. Procedimento.....	939
25.29.4. Litigância de má-fé .....	942
25.29.5. Defesa.....	942
25.30. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	942
25.30.1. Conceito.....	942
25.30.2. Tutela específica .....	943
25.30.3. Cumprimento de sentença para entrega de coisa certa.....	943
25.30.4. Cumprimento de sentença para entrega de coisa incerta.....	945
25.30.5. Retenção por benfeitorias.....	946
25.30.6. Defesa.....	946
25.30.7. Litigância de má-fé .....	947
25.31. Processo de execução .....	947
25.31.1. Regras dos procedimentos executivos.....	948
25.32. Processo de execução para obrigação de entrega de coisa .....	949
25.32.1. Conceito.....	949
25.32.2. Procedimento (coisa certa).....	949
25.32.3. Procedimento (coisa incerta).....	951
25.32.4. Benfeitorias indenizáveis .....	952
25.32.5. Embargos à execução .....	952

25.33. Processo de execução de obrigações de fazer ou não fazer.....	953
25.33.1. Conceito.....	953
25.33.2. Procedimento (obrigação de fazer).....	953
25.33.3. Procedimento (obrigação de não fazer).....	955
25.34. Processo de execução de pagar quantia certa .....	955
25.34.1. Conceito.....	955
25.34.2. Fase postulatória .....	956
25.34.3. Fase de apreensão de bens .....	958
25.34.3.1. Bens penhoráveis e impenhoráveis .....	959
25.34.3.2. Ordem de preferência dos bens penhoráveis .....	960
25.34.3.3. Objetivo da penhora .....	961
25.34.3.4. Efeitos da penhora .....	961
25.34.3.5. Depositário .....	961
25.34.3.6. Intimação da penhora .....	964
25.34.3.7. Local da penhora .....	965
25.34.3.8. Substituição da penhora .....	966
25.34.3.9. Redução ou reforço da penhora ou transferência para outros bens.....	967
25.34.3.10. Segunda penhora .....	967
25.34.3.11. Alienação antecipada dos bens penhorados .....	967
25.34.3.12. Modalidades de penhora .....	968
25.34.4. Fase de avaliação de bens.....	972
25.34.5. Fase de expropriação de bens .....	973
25.34.6. Fase do pagamento .....	979
25.35. Procedimento executivo de obrigação de pagar contra a fazenda pública .....	980
25.35.1. Conceito.....	980
25.35.2. Impenhorabilidade de bens.....	981
25.35.3. Procedimento .....	981
25.35.4. Embargos à execução .....	982
25.35.5. Precatório .....	982
25.35.6. Requisição de pequeno valor .....	982
25.36. Procedimento executivo de pagar alimentos.....	983
25.36.1. Conceito.....	983
25.36.2. Procedimento (prisão civil).....	985
25.36.3. Justificativa.....	986
25.36.4. Prisão civil .....	986
25.36.5. Procedimento (penhora de bens).....	987
25.36.6. Alimentos vincendos .....	989
25.36.7. Cancelamento do pagamento dos alimentos.....	989

25.37. Embargos à execução (defesa do devedor) .....	989
25.37.1. Conceito.....	989
25.37.2. Defesas indiretas do devedor.....	990
25.37.3. Procedimento dos embargos à execução .....	991
25.37.4. Benefício para parcelamento do débito exequendo .....	995
25.37.5. Recursos contra a decisão que resolve os embargos à execução .....	996
25.38. Suspensão cumprimento de sentença e do procedimento executivo .....	997
25.39. Prescrição intercorrente.....	1005
25.40. Extinção do cumprimento de sentença e do procedimento executivo .....	1006
25.41. Recursos no processo de execução e no cumprimento de sentença.....	1008

<b>Referências</b> .....	<b>1011</b>
--------------------------	-------------



### 1.1. Direito material e direito Processual

Há uma relação direta entre direito material e direito processual. Enquanto o direito material busca disciplinar as relações humanas entre pessoas (direito obrigacional) ou entre pessoas e coisas (direito real), as normas de direito processual buscam disciplinar o processo, o procedimento (ação) e a jurisdição.

As normas de direito material e as normas de direito processual são complementares. Havendo violação do direito material, é através do direito processual que será possível a recomposição do direito ameaçado ou lesado.

As normas de direito material (direito civil, direito das obrigações, direito das sucessões, direito das famílias, direito penal, direito tributário etc.) estabelecem padrão de conduta e de comportamento. Estabelecem condutas (omissivas ou comissivas) a serem seguidas pelas pessoas frente a outras pessoas ou perante o exercício da posse ou propriedade de objetos. Já as normas de direito processual estabelecem um conjunto de atos que devem ser praticados pelos sujeitos processuais (juiz, partes, advogados, ministério público e terceiros) no processo para reparar lesão ou ameaça de lesão a direito material.

As normas de direito processual não definem somente o procedimento e a busca da jurisdição (aplicação do direito – sentença), mas também devem garantir ao longo do procedimento que sejam respeitados o contraditório, a ampla defesa, o devido processo constitucional e a duração razoável do processo.

As normas de direito material e processual são duas faces da mesma moeda. Violado o direito material, o direito processual deve ser acionado para o restabelecimento do *status quo ante*.

As normas processuais devem regular a atuação do Estado na ingerência patrimonial e/ou na liberdade de outrem. O direito processual não é mais importante que o direito material. Ambos são importantes e são complementares.

Um protege o outro e ambos protegem o cidadão. O direito não é autoaplicado e precisa ser discutido antes da imposição de qualquer sanção (restrição patrimonial ou de liberdade). As normas processuais são especialmente destinadas a garantir esse espaço de diálogo e de construção do direito, quando violado o direito material.

## 1.2. Teoria geral do processo civil

A **teoria geral do processo** constitui-se no estudo crítico do processo, da jurisdição e da ação. A teoria geral do processo busca reunir um conjunto de conhecimentos sobre o fenômeno do processo. Como bem ressaltado por Fredie Didier, a *“teoria geral do processo é uma disciplina jurídica dedicada à elaboração, à organização dos conceitos jurídicos fundamentais (lógico-jurídicos) processuais. São conceitos lógico-jurídicos processuais todos aqueles indispensáveis à compreensão jurídica do fenômeno processual, onde quer que ele ocorra. [...] A teoria geral do processo pode ser compreendida como uma teoria geral (g.n.), pois os conceitos lógico-jurídicos, que compõem o seu conteúdo, têm pretensão universal. Convém adjetivá-la como ‘geral’ exatamente para que possa ser distinguida das teorias individuais do processo que têm a pretensão de servir à compreensão de determinadas realidades normativas”*.

Podemos afirmar que a teoria geral do processo, epistemologicamente falando, tem o objetivo de esclarecer todos os conceitos relacionados à ciência do processo, para que a dogmática processual seja bem desenvolvida. Entender os termos: processo, jurisdição, ação, defesa, provas, decisão, recurso etc., é objetivo da teoria geral do processo e permite estabelecer padrões normativos e interpretativos. A compreensão deturpada dos institutos processuais pode acarretar problemas no desenvolvimento da legislação processual e na aplicação do direito.

Vamos perceber que a dogmática processual não explica inúmeros conceitos apresentados na teoria geral do processo. Não há explicação na dogmática para **pressupostos processuais, condições da ação, preempção, defesa, resposta do réu, petição inicial e citação**, dentre outros conceitos. Vários princípios processuais constitucionais dependem da teoria geral do processo para entender o seu significado. A teoria geral do processo se preocupa com tais conceitos e indica uma possibilidade de interpretação. Como bem salienta Didier, *“a teoria geral do processo é, ainda, bom antídoto contra a equivocidade terminológica, terrível moléstia de que a ciência em geral poder ser vítima”*.

## 1.3. Estado democrático de Direito

O objetivo do presente livro é desenvolver crítica a respeito do processo e sua relação direta com o **Estado Democrático de Direito** (art. 1º, CR). O elemento **“participação”** é fundamental para a **democracia**, e conseqüentemente para o processo. Pensar o direito processual democrático a partir de uma concepção participativa é o desafio da teoria geral do processo democrático.

O **Estado de direito**, segundo Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias, está configurado nas seguintes premissas: 1º) no império da lei, 2º) na divisão dos poderes do Estado (função legislativa, executiva e judiciária), 3º) na legalidade da administração pública, 4º) no enunciado dos direitos e liberdades fundamentais dos indivíduos. Isso significa que o Estado de Direito é aquele em que o Estado e os cidadãos submetem-se à lei e em que tais leis garantem o limite de atuação e a liberdade dos indivíduos. De toda forma, o Estado de direito precisou da ideia de democracia, em razão da preocupação que poderia surgir de que a observância da lei, sem a democracia, poderia levar a estados autoritários, onde as leis seriam também autoritárias. A garantia da lei por si só não garante a democracia. É preciso que o direito esteja sempre aliado à democracia. Daí a necessidade de utilização da expressão “Estado democrático de direito” ou Estado de direito democrático”. A ideia fundamental da democracia é a preocupação com a legitimação do poder. Isso significa que o direito estabelece as diretrizes para que o povo possa determinar sua direção política com liberdade. Ressalta Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias que a “*Constituição brasileira, ao se visualizá-la concretamente, vê-se que seu texto aglutina os princípios do Estado Democrático e do Estado de Direito sob normas jurídicas constitucionalmente positivadas, a fim de configurar o Estado Democrático de Direito, objetivo que lhe é explícito (artigo 1º). Observa-se, por importante, que o enunciado normativo do artigo 1º da Constituição, que se refere ao Estado Democrático de Direito, está no Título I, que trata, exatamente, dos seus princípios fundamentais*”.

Dessa forma, entende Brêtas que os fundamentos para o **Estado democrático de direito** são os seguintes:

1º) o princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III) e os direitos, liberdades e garantias fundamentais declarados no art. 5º e 6º, dentre eles o princípio da igualdade, o princípio da reserva legal e o direito à jurisdição pela garantia do devido processo constitucional (art. 5º, inc. I, II, XXXV, LIV e LV e art. 133), 2º) o princípio da separação das funções do Estado (legislativo, executivo e judiciário), 3º) os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem a administração pública (art. 37 da CR/88), 4º) o princípio da responsabilidade do Estado pelos danos causados aos particulares (§ 6º do art. 37 da CR/88), 5º) o direito de obter indenização do Estado pelos prejuízos sofridos em razão do erro judiciário (art. 5º, LXXV), 6º) o princípio da independência dos juízes (art. 95 da CR/88), 7º) o princípio da fundamentação das decisões (art. 93, inc. IX da CR/88), 8º) o princípio da prestação de serviços públicos pelo Estado de forma adequada (art. 175, p.u., inc. IV da CR/88), 9º) o princípio da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais (art. 4º, inc. II), 10º) o princípio da incorporação no direito interno das normas internacionais de proteção aos direitos humanos (art. 5º, § 2º da CR/88), 11º) o princípio da vinculação dos órgãos dos legislativos ao Estado de Direito (art. 60, § 4º, inc. I e II).

Ao relacionar os institutos do *processo* e da *democracia*, temos o objetivo de indicar a necessidade de *participação* no processo de tomada de decisão. Enquanto a democracia pensa a participação dos cidadãos pelo aspecto político, o processo relaciona a participação pelo aspecto jurisdicional de aplicação do direito ao caso concreto. Ambos os conceitos, processo e democracia, se bem exercidos, podem garantir aos cidadãos e partes a plenitude da *cidadania*. Deve-se entender que *processo* e *democracia* são resultados da atividade dialógica pela busca do consenso e pela construção de uma decisão que seja racionalmente aceitável para as partes. Não há nenhuma pretensão de indicar que isso é construído por uma atividade calma e tranquila. Pelo contrário, a participação dos interessados no processo de tomada de decisão é sempre conflituosa. Incumbe ao processo e à democracia garantir as regras de discussão e construção do direito, impedindo que o autoritarismo possa inviabilizar o direito de participação. A importância do juiz no processo democrático é de um agente fiscalizador. No entanto, a fiscalização não é atividade exclusiva e autocrática: ela deve ser exercida na democracia por todos, e o resultado é justamente uma decisão jurisdicional de qualidade. O processo tem justamente, na democracia, a função de dar qualidade e legitimidade às decisões jurisdicionais, garantindo os direitos fundamentais. Esse objetivo é o desafio do Estado pós-moderno e precisa ser desenvolvido de forma efetiva.